



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de março de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I PARTE

Audição com a Comissária Europeia Cecilia Malmström, responsável pela área do Comércio, sobre o Acordo Económico e Comercial Global (CETA).[Audição conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas]

#### II PARTE

Audiência de Pierre Pettigrew, enviado especial do Canadá para o CETA (Acordo Comercial e Económico Global).[Audição conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas]

---

#### I PARTE

**Audição com a Comissária Europeia Cecilia Malmström, responsável pela área do Comércio, sobre o Acordo Económico e Comercial Global (CETA) [Audição conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas]**

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada **Regina Bastos (PSD)**, deu início à audição com um agradecimento à Senhora Comissária Europeia **Cecilia Malmström**, que tutela as pastas do Comércio, por ter aceitado o convite para falar ao Parlamento português, enquadrando a audição no contexto da entrada em vigor de forma provisória do Acordo Económico e Comercial Global entre a



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

União Europeia e o Canadá (CETA). Saudou também o Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP), Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)**, que presidia à mesa em conjunto com a CAE. Passou a palavra à Senhora Comissária para a sua intervenção inicial, dando indicação dos tempos previstos para as intervenções na audição.

A Senhora Comissária **Malmström** iniciou a sua intervenção por referir que o CETA era considerado um acordo inovador e ambicioso, celebrado com um país amigo, com o qual a União Europeia (UE) partilha valores. Referiu que o acordo traria vantagens para toda a UE, inclusive para Portugal. Permitiria, desde logo, imediatamente após a sua entrada em vigor no mês seguinte, uma poupança de 98% nas tarifas alfandegárias, salvaguardando elevados níveis de proteção em várias áreas onde existiriam preocupações, dando o exemplo dos serviços públicos, em que também o Canadá teria interesse em manter e defender o elevado nível dos serviços públicos de que os seus cidadãos beneficiam.

Relativamente ao TTIP disse ainda não ter tido oportunidade de reunir com representantes da nova administração dos Estados Unidos da América (EUA), aguardando pela nomeação de um responsável pelo comércio externo para agendar uma reunião com o seu novo homólogo. Deste modo, no prazo imediato, não seria expectável haver desenvolvimentos nesse acordo nem saber concretamente quais as perspetivas para a sua concretização.

Quanto à invocação do artigo 50.º do Tratado da União Europeia pelo Reino Unido, disse que seguramente faria parte deste processo de saída da União Europeia (“Brexit”) a negociação de um acordo de livre comércio com o Reino Unido.

Afirmou que estes acordos estabelecem regras para os mercados globais, pelo que não são estabelecidos para salvaguardar os interesses das grandes empresas (que funcionam bem nesses mercados sem acordos), mas para impor uma base de valores forte ao funcionamento desses mercados, em defesa das pessoas e das empresas de menor dimensão.

Referiu estarem a ser negociados acordos com vários países, em vários estágios desde os praticamente concluídos aos que estão agora a ser iniciados, mencionando existirem negociações com o Vietname, Singapura, Mercosul, México, Japão, Austrália, etc. Referiu que a UE não é um adepto inocente do livre comércio mas, pelo



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

contrário, desenvolveu ferramentas para defesa dos seus interesses comerciais, com mecanismos acionados, sempre que necessário, por exemplo, contra o *dumping* (venda de produtos a preço inferior ao custo de produção). Concluiu com referência à revisão conjunta dos acordos de investimento, considerando benéfico que a negociação desses acordos fosse realizada numa base multilateral.

De seguida, a Senhora Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados da CAE e da CNECP para as suas intervenções, tendo usado da palavra nessa primeira ronda:

- O Senhor Deputado **Carlos Costa Neves (PSD)**, que começou por aludir aos atentados ocorridos na véspera em Londres e por manifestar o seu repúdio por esses acontecimentos, bem como o seu apoio às vítimas. Saudou os resultados obtidos no acordo, afirmando que o seu Grupo Parlamentar acompanha esta abordagem para as negociações comerciais, em especial para a Mercosul. Manifestou o apoio também à entrada em vigor provisória do CETA. Referiu aquilo que consideravam ser as vantagens para Portugal, ao nível do investimento, do crescimento e do emprego. Lembrou a partilha de valores e de modelo de sociedade entre o nosso país e o Canadá, salientando a importância da comunidade lusófona nesse país. Considerou que o acordo seria um exemplo do valor acrescentado pela UE e que os adversários ao acordo seriam também os que opunham à Europa, ao Mercado Único, etc. Atendendo à coligação parlamentar existente que suportaria o governo, manifestou alguma apreensão com o processo de ratificação do acordo em Portugal. Perguntou se o processo de negociação não teria carecido de alguma transparência, uma vez que num certo momento do processo foi conduzido em sigilo. Questionou se o modelo de defesa de ambiente previsto no acordo salvaguardariam os padrões em vigor na UE. Terminou por indagar se o sistema de investimento que o acordo previa não seria benéfico, principalmente, para as grandes empresas;

- A Senhora Deputada **Lara Martinho (PS)**, que lamentou também ela os ataques ocorridos no Reino Unido. Referiu o historial de parceria com o Canadá e os laços existentes através da comunidade portuguesa nesse país. Considerou no entanto que haveria um potencial importante para aumento das relações comerciais. Elogiou os mecanismos previstos no comércio para garantir um comércio justo e o respeito pelo



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

ambiente, assim como a defesa das denominações geográficas, embora a preocupasse o reconhecimento apenas parcial do queijo de S. Jorge. Indicou que o seu Grupo Parlamentar acompanha com interesse o estabelecimento do tribunal multilateral previsto no acordo, embora com alguma preocupação de os valores indicados para custas e honorários serem incomportáveis para a maioria das empresas de média e pequena dimensão, pelo que perguntava se existiria algum mecanismo para garantia da equidade de acesso a esse tribunal. Perguntou também se existiriam estudos específicos para avaliação do impacto do acordo sobre as regiões ultraperiféricas;

- A Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)**, que se manifestou contra os atos terroristas sofridos pelos cidadãos do Reino Unido. Começou por situar a posição do seu Grupo Parlamentar não como sendo a favor ou contra o livre comércio, mas como estando preocupado em avaliar o impacto concreto que o acordo em apreço poderia ter sobre os cidadãos ao nível de ambiente, emprego, etc. Considerou que a transparência na condução do processo de negociação só existiu pela pressão exercida sobre a Comissão Europeia (CE), considerando que a transparência deveria ter sido iniciativa da mesma e não apenas após terem sido suscitadas questões. Considerou que as hipotéticas vantagens do acordo seriam propaganda e que faltariam dados para avaliar o seu verdadeiro impacto. Afirmou não ter sido respeitado o princípio da prudência em questões de saúde pública, uma vez que o acordo colocaria o risco de entrada de substâncias proibidas na produção agrícola e processamento de alimentos. Questionou como seria garantida a fiscalização da entrada de organismos geneticamente modificados na cadeia alimentar, uma vez que esses produtos não são detetáveis após processamento. Finalizou por considerar que haveriam poucas denominações geográficas efetivamente protegidas, uma vez que em centenas desses produtos apenas dezanove mais um de forma parcial seriam protegidos pelo acordo;

- O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares (CDS-PP)**, que também se associou ao pesar pelos acontecimentos em Londres, com uma palavra de apreço pela coragem dos atos dos colegas parlamentares britânicos. Sublinhou a importância dos acordos comerciais para responder à recente crise económica e financeira. Considerou positivo as negociações terem concluído com êxito apesar da oposição de forças que também



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

seriam contrárias ao projeto europeu. Apontou as oportunidades disponíveis para Portugal de crescimento das relações comerciais com o Canadá, uma vez que antes do acordo se situavam a um nível modesto. Perguntou que experiências existiam da aplicação provisória de acordos comerciais. Questionou se as profissões estariam protegidas e seriam reconhecidas no acordo. Referiu os estudos de impacto sobre a saúde que o Reino Unido teria conduzido e ser existiriam idênticos estudos para os restantes Estados-Membros. Perguntou que instrumentos existiam para proteção das economias europeias, reiterando uma expressão da Senhora Comissária quanto a não sermos “naïve free-traders” (adeptos do livre comércio ingénuos);

- A Senhora Deputada **Carla Cruz (PCP)**, que se solidarizou com o povo britânico no momento lamentável que atravessavam. Sublinhou o secretismo com que foram conduzidas as negociações do CETA e o facto de ter sido aprovado à revelia da vontade dos cidadãos e apesar das muitas manifestações contrárias à sua entrada em vigor. Indicou que essa contestação estaria na origem de, tardiamente, o acordo passar a ser considerado misto, uma vez que CE se preparava para a sua entrada em vigor sem a ratificação dos Estados-Membros. Sobre a transparência no acesso a informação sobre os processos de negociação de acordos, aludiu às condições restritivas de acesso às salas de leitura estabelecidas para consulta ao processo do TTIP. Considerou que o acordo nivelaria por baixo questões como o ambiente e a saúde pública, com a negociação realizada por tecnocratas e representantes de multinacionais, sem ter em conta os interesses dos povos. Fez ainda referência aos acordos de investimento e ao tribunal internacional estabelecido pelo acordo.

A Senhora Comissária **Malmström** agradeceu as questões colocadas e respondeu individualmente a cada intervenção. No final desta primeira ronda a Senhora Presidente voltou a passar a palavra para uma segunda ronda de questões, tendo usado da palavra:

- O Senhor Deputado **António Ventura (PSD)**, que indicou que Portugal teria uma elevada dependência de um número reduzido de produtos, pelo que o grau de proteção das nossas denominações geográficas não seria um aspeto indiferente do acordo, pelo que o seu impacto deveria ser avaliado;



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

- A Senhora Deputada **Lara Martinho (PS)**, que inquiriu sobre a forma como a nova administração dos EUA encarava o acordo TTIP, bem assim como o grau de proteção dos nossos interesses comerciais. Quanto ao fundo de apoio à globalização, perguntou se estaria a ser bem utilizado para proteção das pessoas que perderam o emprego como resultado da globalização;

- A Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)**, que indicou que o mandato para negociação de acordos conferido à UE não a autoriza a celebrá-los sem partilha de informação quanto ao acordo obtido e com debate sobre o mesmo, lamentando que o debate só ocorresse agora, em vésperas da entrada em vigor do mesmo e por pressão da oposição ao acordo, considerando essa situação sintomática de um mau funcionamento da UE;

- O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares (CDS-PP)**, que centrou a sua questão sobre a replicabilidade do acordo e da sua aplicabilidade em outros contextos, tais como as negociações com os países da América Latina e de África;

- A Senhora Deputada **Carla Cruz (PCP)**, que reiterou as falhas do acordo ao nível da proteção de denominações de origem dos produtos nacionais. Alertou para o facto do Canadá ainda não ter assinado os protocolos da Organização Internacional do Trabalho sobre medidas de proteção dos trabalhadores, incluindo a contratação coletiva. Finalizou por frisar os perigos que poderiam advir do CETA para os serviços públicos.

A Senhora Comissária **Malmström** respondeu conjuntamente no final da ronda às questões colocadas.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em:



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1814&title=audicao-com-a-comissaria-europeia-cecilia-malmstrom-responsavel-pela>)

---

## II PARTE

### **Audiência de Pierre Pettigrew, enviado especial do Canadá para o CETA (Acordo Comercial e Económico Global). [Audição conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas]**

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada **Regina Bastos (PSD)**, deu início à audiência solicitada pelo Senhor Embaixador do Canadá em Portugal, para auscultar o enviado especial desse país para o CETA, Senhor **Pierre Pettigrew**, ao qual agradeceu o interesse em vir ao Parlamento português falar sobre o acordo com o Canadá ainda antes do início do seu processo de ratificação. Saudou também o Vice-Presidente da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (CEIOP), Deputado **Fernando Virgílio Macedo (PSD)**, que se juntou ao Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP), Deputado **Pedro Filipe Soares (BE)**, numa audiência conjunta da CAE com a CNECP e a CEIOP. Deu conta do tempo limitado para realização das perguntas, pelo que solicitou particular atenção aos tempos para cada intervenção.

O Senhor **Pettigrew** enquadrou sucintamente a audiência como uma oportunidade de dar a conhecer a perspetiva do seu país quanto ao acordo com a UE, que considerou resultava naturalmente do historial de relacionamento económico entre o Canadá e os Estados-Membros da UE. Considerou que os países não devem estar à mercê dos mercados, devendo para isso estabelecer acordos, os quais podem criar condições para o progresso. Quanto à balança comercial de Portugal com o Canadá, realçou o facto de a mesma ser positiva a favor de Portugal, considerando deste modo haver condições para que o acordo fosse muito vantajoso. Quanto ao processo de ratificação do acordo pelo Canadá, mencionou que o mesmo já estaria na terceira leitura no



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

Parlamento do seu país. Com a sua iminente entrada em vigor, 98% das barreiras alfandegárias seriam imediatamente eliminadas, com maior facilidade na obtenção de vistos para trabalho. Para concluir considerou que o mesmo traria um aprofundamento do relacionamento com a UE e com Portugal.

De seguida a Senhora Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados da CAE, CNECP e CEIOP para as suas intervenções, tendo usado da palavra numa ronda única:

- O Senhor Deputado **Carlos Costa Neves (PSD)**, que manifestou o apoio do seu Grupo Parlamentar ao CETA, que denominou um acordo de próxima geração, apreciando o facto de o mesmo ter sido como Canadá, e que fosse também acompanhado por um acordo estratégico com esse mesmo país em matéria de cultura, segurança, etc. Perguntou se seria assegurada a proteção dos intervenientes em matéria de direitos de trabalho, ambiente, etc. e quanto ao risco de privatização de serviços públicos;

- O Senhor Deputado **Eurico Brilhante Dias (PS)**, que considerou o Canadá um parceiro idóneo para celebrar o primeiro de uma nova geração de acordos comerciais. Concretamente solicitou esclarecimentos para o mecanismo de resolução de disputas, se teria como base semelhante instrumento multilateral da Organização Mundial de Comércio e se existiria a possibilidade de ir mais longe na proteção da singularidade do local de produção nas denominações de origem salvaguardadas pelo acordo.

- A Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)**, aludiu às implicações para o ambiente do CETA, nomeadamente pela utilização intensiva pelo Canadá de energias não-renováveis, contrárias à proteção ambiental. Considerou também existir um retrocesso em matéria de saúde pública e de direitos laborais que decorria da entrada em vigor desse acordo.

- O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares (CDS-PP)**, considerou que, mesmo olhando com cautela as projeções de ganhos resultantes do CETA, haveria realmente muitas oportunidades geradas pelo mesmo, beneficiando Portugal, nesse mesmo acordo, da





## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

sua centralidade para o comércio transatlântico, sem esquecer a relevância da comunidade portuguesa no Canadá. Perguntou quais seriam as expectativas de impacto da saída do Reino Unido da UE para o acordo em apreço.

O Senhor **Pettigrew** respondeu conjuntamente no final da ronda às questões colocadas.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1816&title=audiencia-de-pierre-pettigrew>)

A reunião foi encerrada às 12:34 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de abril de 2017.

**A PRESIDENTE**

**(REGINA BASTOS)**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso  
António Costa Silva  
Carla Tavares  
Carlos Costa Neves  
Eurico Brilhante Dias  
Filipe Anacoreta Correia  
Francisca Parreira  
Inês Domingos  
Isabel Pires  
Miguel Morgado  
Pedro Mota Soares  
Regina Bastos  
Rubina Berardo  
António Ventura

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
António Sales  
Carlos Pereira  
Duarte Marques  
João Galamba  
Maria Luís Albuquerque  
Moisés Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paula Santos  
Vitalino Canas